

Eletrobras mais próxima de um final feliz

MELLO, João Carlos. “Eletrobras mais próxima de um final feliz”. Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2019.

A desestatização da Eletrobras está cada vez mais próxima de um desfecho favorável à empresa e ao setor de energia. O presidente Bolsonaro assinou, na última terça-feira (5), o Projeto de Lei que viabiliza a privatização da estatal. Após o ato de oficialização da medida, o Ministro de Minas e Energia foi pessoalmente ao Congresso entregar o documento ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

A aprovação desse projeto pelo Poder Legislativo e a concretização do processo de desestatização serão um verdadeiro divisor de águas para o processo de modernização do setor. A Eletrobras, que foi sinônimo de inovação no passado, hoje padece de problemas estruturais e perdeu sua capacidade de investir no aprimoramento de seus sistemas e na expansão de seus ativos. Boa parte dos problemas que afetam a saúde financeira da companhia, vale lembrar é herança da fatídica MP 579, de 2012, que reduziu artificialmente os preços da energia em prol de tarifas mais baratas para o consumidor — medida cujo fracasso foi notório e provocou uma escalada de preços em anos subsequentes. De lá para cá, a situação da estatal se agravou, ela perdeu competitividade e enfrentou sucessivos problemas e déficits. Entre 2012 e 2015, o prejuízo acumulado foi de R\$ 30 bilhões.

Na tentativa de estancar um pouco esse déficit, o governo deu o primeiro passo com a venda das distribuidoras da região Norte, em 2018. Agora, é fundamental dar continuidade ao processo para que a empresa volte a crescer e a contribuir com o Brasil. Afinal, para que possamos avançar em direção ao crescimento econômico sustentável, é necessário garantir ao setor produtivo a segurança do fornecimento de energia a preços competitivos. Responsável por 30% da capacidade instalada de geração (ante 40% em 2008), a Eletrobras precisa urgentemente ganhar musculatura financeira para investir na oferta de energia e em linhas de transmissão.

Além de fortalecer a empresa, a desestatização vai desonerar a União. O Ministério de Minas e Energia calcula obter entre R\$ 30 bilhões e 36 bilhões com o processo de capitalização a ser adotado; desse montante, cerca de R\$ 18 bilhões devem ir para a União. O modelo escolhido é mais rápido e descomplicado do que a venda de ativos separadamente – uma das alternativas aventadas. Além disso, o processo de capitalização mantém parte dos ativos com a União, causa menos resistência e carrega menos estigmas do que outras modalidades de desinvestimento.

Esta é uma grande oportunidade de reduzir as despesas do governo, melhorar a eficiência do sistema elétrico e aumentar a qualidade e a segurança de suprimento para os consumidores. Deve ser vista, portanto, como um caminho que nos conduzirá ao crescimento sustentável do setor, favorecendo, conseqüentemente, o desenvolvimento da economia brasileira. Apoiar o modelo de capitalização é apostar no reequilíbrio do setor elétrico.

João Carlos Mello é presidente da Thymos Energia